



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 12 de abril de 2012

A CRITICA	
PEC da Música tem parecer favorável à imunidade tributária	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Parlamentares do Amazonas visitam CBA na próxima segunda-feira	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO	
Venda de TV de LED vai passar a de LCD este ano	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM	
Estados discordam de redução do ICMS na tarifa de energia	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Senado alivia importado para mudar ICMS.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA	
Dobram as demissões no trimestre em empresas do PIM	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO PEC da Música tem parecer favorável à imunidade tributária		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A votação da matéria deve ocorrer semana que vem.

Se aprovada vai ao plenário do Senado

Brasília (DF), 12 de Abril de 2012

ANTONIO PAULO

Vídeo

Galeria

Áudio

Infográficos

Senador Eduardo Braga em conversa de “pé de ouvido” com o relator da PEC-123/11, Eunício Oliveira (Roque Sá/Agência Tempo)

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 123/2011 (PEC da Música), fez nessa quarta-feira (11) a leitura do seu parecer favorável à proposição que dá imunidade tributária sobre obras musicais de autores brasileiros bem como os suportes materiais (CDs e DVDs) ou arquivos digitais. No entanto, como ele próprio havia prometido, abriu vista coletiva aos membros da CCJ, adiando para a semana que vem a votação da matéria. Se aprovada vai ao plenário do Senado.

Na tentativa de retardar a votação praticamente definida, os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Armando Monteiro Neto (PTB-PE) apresentaram requerimento propondo a realização de uma audiência pública para aprofundar o debate sobre a PEC da Música. Os parlamentares amazonenses têm uma semana para fazer a articulação política juntos aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e convencê-los a aprovar o pedido na próxima quarta-feira. “Aqui no Senado, nada é aprovado com o coração, e sim com a razão, por isso queremos e precisamos de mais debate sobre esta PEC. É preciso discutir

tecnicamente e isso tem que acontecer antes da apreciação do parecer do relator”, argumentou Vanessa Grazziotin.

Caso o requerimento seja aprovado, serão convidados para a audiência pública representantes da Receita Federal, Sindicato das Indústrias dos Meios Magnéticos e Fonográficos do **Amazonas**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Associação Brasileira de Músicos Independentes (ABMI) e Associação Brasileira de Produtos de Discos (ABPD).


Desoneração

Ao contrário do que propõe o Governo do PT, o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) defende a desoneração total para produtos ou serviços destinados à **exportação**. A proposta é uma das oito emendas apresentadas à MP 563/12

Desemprego

A bancada amazonense e os empresários alegam que, se aprovada, a PEC vai gerar desemprego na **Zona Franca de Manaus** e que a isenção de impostos proposta nela, em tese, cria no **Brasil** a “indústria” da **Zona Franca**. “Ou seja, em qualquer lugar poderá ser construída uma área com isenção de impostos”, lembra a senadora.

O senador Eduardo Braga destacou que as empresas do polo de CD e DVD da **ZFM** poderão escolher áreas mais desenvolvidas para se instalar porque vão perder a competitividade para as demais regiões especialmente do eixo Rio-São Paulo. Ressaltou também que a PEC poderá não ter o efeito desejado quanto ao fim da pirataria existente hoje no setor. “Será apenas um paliativo duvidoso e temporário, e pior ainda poderá gerar novos problemas de fiscalização, de impostos e de direitos autorais”, disse Braga.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Parlamentares do Amazonas visitam CBA na próxima segunda-feira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

A visita dos parlamentares deve contribuir nos debates para escolha do melhor modelo a ser adotado no Centro de Biotecnologia da Amazônia.

Manaus - Na próxima segunda-feira, 16 de abril, o **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** receberá a visita de uma comitiva de parlamentares amazonenses, que vão conhecer o funcionamento do Centro - criado para gerar alternativas mediante inovação tecnológica para o melhor aproveitamento econômico e social da biodiversidade amazônica pelo Polo Industrial de **Manaus** – e adquirir, assim, subsídios para fomentar as discussões em torno do futuro do projeto.

Durante a última reunião do Conselho de Administração da **SUFRAMA** (CAS), em 28 de fevereiro, o secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, Alessandro Teixeira, destacou a importância do **CBA** e disse que ainda “no primeiro semestre vamos ter uma solução que vai colocar o **CBA** em uma marcha forçada para (...) liderar a questão da biotecnologia no **Brasil** a partir da **Amazônia**”.

A colocação do secretário demonstrou estar próxima uma solução para o maior impasse em torno do Centro que,

com 10 anos de criação, ainda carece de definição quanto à sua identidade jurídica, para que possa avançar com maior liberdade institucional e financeira em suas pesquisas.

A visita dos parlamentares deve contribuir nos debates para escolha do melhor modelo a ser adotado no **Centro de Biotecnologia da Amazônia**.

"O **CBA** está pronto, só é preciso que se decida se vai ser uma empresa privada, se vai ser empresa pública ou se vai ser uma fundação de caráter privado, ele só precisa disso", diz o secretário de Ciência e Tecnologia do **Amazonas**, Odenildo Sena.

A SECT, em parceria com a **SUFRAMA** (principal mantenedora do **CBA** e à qual o órgão está ligado), articulou a visita desta segunda, a partir das 10h, na qual os parlamentares assistirão a uma apresentação sobre o funcionamento do Centro e poderão visitar suas instalações.

"Para haver uma real alternativa de **desenvolvimento** sustentável é preciso ter um olhar crítico e construir as condições que deem à nossa economia essa condição", diz o **Superintendente** da **SUFRAMA**, Thomaz Nogueira.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Venda de TV de LED vai passar a de LCD este ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Perspectiva é que as TVs muito finas respondam por 60% do mercado e os aparelhos de LCD, por 40%, segundo fabricantes

Márcia De Chiara

As vendas de televisores de tela fininha, as TVs de LED, devem ultrapassar neste ano as de tela mais grossa, de cristal líquido (LCD, na sigla em inglês). Dos 10,5 milhões de TV de tela fina comercializados em 2011, mais da metade (60%) foi de LCD e 40% de LED. Em 2012, as proporções devem se inverter e a TV de LED deve responder por 60% das vendas. As previsões são de dois maiores fabricantes, as coreanas Samsung e LG.

A mudança de perfil de vendas do mercado brasileiro indica crescimento de receita dos fabricantes. É que o preço de um TV de LED supera o da TV de LCD.

"Na nossa empresa, a fatia da TV de LED já passou a de LCD", afirma o diretor de vendas da LG no Brasil, Roberto Barboza. Atualmente, as TVs de LED respondem por 55% das vendas da empresa. A perspectiva é que, até o fim do ano, essa participação suba para 70%.

"O consumidor ainda está trocando a TV de tubo pela TV de telafina", afirma o vice-presidente de novos negócios da Samsung, Benjamin Sicsu. Ele calcula que o mercado TVs de tela fina totalize 13 milhões de aparelhos este ano e que as vendas de aparelhos de tubo recue para um milhão, ante 2,5 milhões em 2011.

Barboza, da LG, diz que a TV de tubo não deve deixar de ser produzida tão cedo, apesar de a sua empresa ter interrompido a fabricação no primeiro trimestre de 2011. Ele pondera que esse produto tem uma venda significativa nos Estados do Norte e Nordeste, especialmente nos modelos de 14 polegadas.

Além da renovação tecnológica, que faz crescer a procura por aparelhos mais modernos, o executivo diz que o avanço das TVs de tela mais fina está sendo beneficiado pela queda dos preços em dólar dos painéis, apesar de o câmbio médio estar mais elevado neste ano: R\$ 1,85, ante R\$ 1,70 em 2011. Ele acredita que a tendência do mercado em 2012

é de consolidação das TVs de LED e das TVs inteligentes, que agregam funções do computador.

Deslocamento. "As vendas de televisores de janeiro e fevereiro não foram ruins, mas, depois da primeira semana de março, houve queda", conta Barboza. Mesmo assim, a empresa fechou o primeiro trimestre com crescimento entre 25% e 35% nos volumes comercializados de TVs em relação a igual período de 2011.

Ele argumenta que houve um deslocamento de vendas de TVs para a linha branca em março porque as pessoas achavam que o benefício do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido iria acabar no dia 31 de março. Como isso não ocorreu, as vendas voltaram a reagir neste mês.


"Para o Dia das Mães, as encomendas estão interessantes", diz Barboza, que recebeu um volume de pedidos entre 25% e 30% maior do que em 2011.

A Samsung não revela números, mas relata que as encomendas para o dia das Mães já estão feitas e que o crescimento é de um dígito em relação aos pedidos para a mesma data de 2011.

Lourival Kizula, presidente da Eletros, que reúne a indústria de eletroeletrônicos, diz que, na linha de aparelhos de áudio e vídeo, houve um acréscimo de 10% no número de unidades vendidas pelos fabricantes entre janeiro e março, na comparação com os mesmo meses de 2011.

Já nos fogões, geladeiras e máquinas de lavar, a linha branca que foi beneficiada pelo corte do IPI, o crescimento foi de 15% nas vendas em relação a igual trimestre de 2011. Apesar desse resultado, há indicações de que, no varejo, a prorrogação do benefício até o fim de junho estaria só mantendo o ritmo de vendas e evitando uma queda no faturamento.

Segundo varejistas, o efeito do corte do IPI desta vez é muito menor do que o resultado alcançado em 2009. Uma das razões para esse desempenho modesto é que boa parte dos consumidores já trocou a geladeira e o fogão três anos atrás. Kizula considera, no entanto, "ótimo" o desempenho de vendas da linha branca no primeiro trimestre.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Estados discordam de redução do <u>ICMS</u> na tarifa de energia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Estado de S.Paulo Os Estados são contra reduzir o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a eletricidade, como quer o Governo Federal. Eles só aceitam discutir a proposta caso seja oferecida alguma forma de compensação financeira à medida.

A tributação sobre a energia responde por cerca de 6% a 9% da arrecadação dos governos estaduais, e eles alegam que não podem abrir mão dessa receita

Em sua edição de ontem, o Estado informou que o Governo Federal aceita cortar o PIS/Cofins sobre a energia, como forma de reduzir o custo das indústrias, desde que os governadores reduzam o ICMS. O Executivo federal vem sendo pressionado por empresários, sobretudo do setor de alumínio, que utiliza intensivamente a eletricidade.

"Muito provavelmente, isso não será feito", disse o secretário de Finanças da Paraíba, João Andrade. "Não tem a menor condição de perder receitas." Afirmação semelhante fez o secretário de Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Haully. "Os Estados estão no limite e, se alguém tem espaço fiscal para diminuir custo da indústria, é a União."

O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Cláudio Trinchão, acha que a discussão pode avançar se houver recomposição financeira. Ele é

secretário de Fazenda do Maranhão, onde está a Alumar, ameaçada de fechar por causa do alto preço da eletricidade. "É claro que nos interessa a manutenção da empresa", disse.

Peso tributário. De acordo com estudo do Instituto Acende Brasil, o PIS consumiu 1,51% da receita bruta das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em 2008, enquanto a Cofins chegou a 6,94%. O ICMS, por sua vez, absorveu 20,8% das receitas.

A entidade propõe que os Estados reduzam gradualmente sua tributação e afirma que isso poderia ser feito sem queda no valor nominal arrecadado. No caso de São Paulo, por exemplo, seria possível cortar a alíquota em 1,1 ponto porcentual ao ano, que ainda assim as receitas permaneceriam estáveis, supondo que o consumo crescesse 4,1% ao ano.

Se quiser mesmo reduzir o custo da eletricidade no Brasil, o governo tem outras frentes para atuar, avaliou Tatiana Lauria, especialista em Competitividade Industrial e Investimento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Ela é uma das autoras de um estudo que aponta a eletricidade brasileira como 134% mais cara que a média dos Brics.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Senado alivia <u>importado</u> para mudar <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo cedeu para viabilizar a alíquota de 4%, que atingiria produtos com 60% de nacionalização.

Senado alivia importados para aprovar regra de ICMS

Governo cede mais uma vez e abranda proposta para as novas regras de incentivo fiscal concedido pelos estados

Simone Cavalcanti e Ruy Barata Neto

O governo cedeu mais uma vez e aliviou a proposta para as novas regras de incentivo fiscal concedido pelos estados aos produtos importados.

A intenção é viabilizar politicamente a aprovação do projeto que põe fim à chamada "guerra dos portos".

Com mesmo propósito, na semana passada, abriu-se a brecha para mudar o indexador da dívida que os entes têm com a União, o que possibilita, inclusive, uma mudança indesejada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O substitutivo à Resolução 72/2010 apresentado ontem pelo senador e líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, prevê alíquota de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a todo produto vindo do exterior que, mesmo tendo sido transformada dentro do país, ainda apresente mais de 40% de conteúdo importado na venda para outro estado. Para os produtos nacionais, com até 39% de conteúdo externo, a alíquota interestadual do tributo varia de zero a 18%.

A medida foi construída dentro do Ministério da Fazenda, pela equipe e com aval do ministro Guido Mantega. "O bom é inimigo do ótimo. Era preciso encontrar uma regra de transição que suavizasse um pouco para os estados e viabilizasse politicamente a aprovação da nova regra", disse uma fonte envolvida nas negociações.

Para chegar ao percentual será considerando o valor da importação dos bens que entraram por um estado em relação ao montante total da venda do produto para outra unidade da federação.

A medida, se aprovada, só valerá a partir de 2013. E o Conselho de Política Fazendária (Confaz) poderá baixar

normas para definir critérios e procedimentos para a Certificação de Conteúdo de importação (CCI).

Segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR), autor da Resolução 72, esse novo índice deve pegar principalmente a indústria automobilística, de construção civil e de produtos que demandam insumos minerais em seu processo de fabricação. "É preciso arrochar a tentativa de fabricantes de maquiagem produtos importados", disse.

Tão logo foi lido o substitutivo houve um pedido coletivo de vistas e a sessão foi transferida para a próxima terça-feira (17). Até lá, são permitidas emendas de parlamentares, mas a intenção de Braga é rejeitar todas que aparecerem.

Segundo senadores que selaram o acordo para adiar a votação, existe uma espécie de "solidariedade federativa" com os estados que serão mais prejudicados com o enrijecimento das normas para a concessão dos incentivos fiscais, principalmente Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás.

O presidente da CAE, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que o adiamento já era previsto porque os governadores desses três estados querem primeiro ver fechado e consagrado o acordo de compensações prometido por Mantega.

O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (Abece) e ex-secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ivan Ramalho, é contra a proibição aos incentivos fiscais. Segundo ele, o país não vive surto algum de importação. "É só pegar as estatísticas: nos últimos dez anos, as exportações seguem crescendo acima das importações", afirma.

Além disso, lembra, do total de produtos desembarcados no Brasil, 17% são bens de consumo, o que, segundo ele, é um percentual baixo na comparação com a ampla maioria dos países.

Braga terá de voltar atrás na troca do indexador da dívida

Projeto do senador deve incluir a taxa Selic como índice para reajuste dos débitos dos estados


O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) terá de voltar atrás em sua posição sobre a troca do indexador das dívidas dos estados com a União para poder se mostrar afinado em sua função de líder do governo na Casa.

Assim como muitos membros da oposição, projeto de lei de sua autoria prevê que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o substituto ideal ao Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) na correção das parcelas. No entanto, para o governo, a mudança deve ser feita para a taxa básica de juros, a Selic. "Meu projeto vai ser incluído na proposta que tem Armando Monteiro (PTB-PE) como relator e que indica a Selic como índice para o reajuste", afirmou, lembrando que a proposta foi elaborada antes de ele assumir a liderança.

Segundo Braga, haverá um tempo maior para a discussão do tema federativo, principalmente porque os governadores que estão resistentes. Alegam que apenas a troca do indexador não é suficiente para resolver o aperto fiscal em que se encontram e a dívida que se avoluma em vez de reduzir. Ao abrir as negociações, o governo quis dar um incentivo aos governadores para pressionar seus

representantes no Senado a aprovar a resolução 72/2010 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que coloca fim à "guerra dos portos".

No entanto, segundo o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), ainda que a mudança seja de interesse dos estados, a operacionalização da iniciativa não foi feita da melhor maneira. "Não é uma discussão simples. É preciso tempo. E como nós não tivemos o timing necessário para ir construindo cada solução, ficou um pouco mais difícil", disse Delcídio, ao se referir ao conjunto de proposta da reforma do pacto federativo: o **ICMS** dos **importados** e que incide sobre o **comércio** de bens e serviços pela internet, novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o endividamento dos estados. "A distribuição do **ICMS** do e-commerce deve sair primeiro."

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Dobram as demissões no trimestre em empresas do <u>PIM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foram mais de 6 mil até março, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, que homologa apenas o desligamento de trabalhadores com um ano de carteira

Manaus (AM), 12 de Abril de 2012

RENATA MAGNENTI

O setor de Duas Rodas está entre os que mais demitem nas indústrias do PIM (Antonio Lima/19/fev/2008)

As demissões registradas no primeiro trimestre deste ano no Polo Industrial de Manaus (PIM) são duas vezes maiores que a registrada no mesmo período em 2011, segundo dados do Sindicato dos Metalúrgicos. A situação preocupa entidades de classes que têm pedido auxílio do Governo Estadual e Federal, mas, até agora, não obtiveram sucesso.

No primeiro trimestre deste ano, as fábricas do PIM demitiram 3.043. Este ano, as demissões já chegaram a 6.188. Nos dois anos, a Moto Honda liderou o ranking das fábricas que mais demitiram, porém, é a fábrica que mais demanda colaboradores. Além dela, aparecem nas duas listas das que mais demitiram a LG Eletronics e Ecoltec.

Nesta quarta-feira (11), somente a Sony homologou 30 desligamentos. Segundo as representes do RH da multinacional, o motivo é redução de quadro. A industriária Suzane Reis é uma das demitidas, e trabalhou na linha de produção das máquinas digitais da Sony por oito meses. O mesmo aconteceu com Erika Souza, que trabalhou por dois anos na empresa e ao retornar da licença a maternidade foi demitida.

Porém, nem todos os industriários inclusos no registro da CUT foram demitidos. É o caso de Gilmar Souza que trabalhou

no período de um ano e oito meses na Samsung e pediu demissão. “Eu trabalhava no setor de qualidade, mas era um trabalho muito desgastante. Pedi para sair”. Como ele, a reportagem encontrou ontem mais de cinco trabalhadores que pediram para deixar o emprego.

Situação

O presidente da CUT-AM, Valdemir Santana, disse que desde setembro do ano passado vem batendo na tecla das demissões e o aumento é decorrente da importação de produtos chineses que vem quebrando, principalmente, as fábricas do polo de Duas Rodas e do segmento de ar condicionado do PIM. “O problema é que os empresários sabem que importar alguns itens chineses custa menos e acabam optando por este caminho”.

A discussão sobre a entrada dos chineses na disputa do mercado brasileiro tem sido alvo há algum tempo de discussões. Em dezembro do ano passado, o presidente Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, afirmou que era necessário que o Governo do Estado encontrasse uma maneira para “blindar” os empregos no PIM frente à entrada de produtos chineses.

Na semana passada, no lançamento da segunda etapa do projeto nacional Brasil Maior, Valdemir disse que questionou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando PIMtel, sobre quando viria ao Estado e se poderia contribuir para evitar mais demissões no PIM. “Mas ele não me disse nada”, informou Santana.